



**GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO**

**Parecer NCI nº 210204.CT00013/2022 - Conclusão: Regular**

<b>PROCESSO</b>	<b>00117.001020/2021-23</b>
-----------------	-----------------------------

**I. Introdução**

Com amparo no Decreto Estadual n. 17.526, de 04/12/2017, analisei o processo nº **00117.001020/2021-23**, referente a **Necessidade de Contratação Emergencial de Gerador para a Sede do Datacenter ATI**, conforme roteiro de **Contratação Direta (Dispensa ou Inexigibilidade de Licitação)**, previamente definido pela CGE, com respaldo no art. 24 da lei complementar n. 28/2003, conforme demonstrado a seguir.

**II. Análise**

Legenda: S = Sim N = Não

Pergunta	S	N
1. Consta a justificativa acerca da necessidade de contratação pelo órgão solicitante? Qual o identificador (ID) do documento no SEI com a justificativa? R.: <b>2575404</b>	<b>X</b>	
2. Consta solicitação do objeto pela unidade respectiva e sua definição clara, precisa e suficiente? Qual o identificador (ID) do documento no SEI ? R.: <b>Segundo docs ID SEI 2575404; 2575404.</b>	<b>X</b>	
3. Consta Projeto Básico/Termo de Referência, aprovado pela autoridade competente do órgão interessado? Qual o identificador (ID) do documento no SEI? R.: <b>2315947</b>	<b>X</b>	
4. Consta a Nota de Reserva, emitida pela autoridade competente do órgão interessado? Qual o identificador (ID) do documento no SEI? R.: <b>3371374</b>	<b>X</b>	
5. Consta no processo a Declaração de Inexistência de Ata de Registro de Preços gerenciada pela SEADPREV que contemple o objeto pretendido? Qual o identificador (ID) do documento no SEI com a declaração? R.: <b>2929726</b>	<b>X</b>	
6. A dispensa ou inexigibilidade enquadra-se em alguma das listadas abaixo?  <input type="radio"/> Dispensa em razão do valor ( até R\$17.600,00 para compras/serviços comuns e R\$33.000,00 para obras e serviços de engenharia ou nos limites estabelecidos para Empresa Pública ou Sociedade de Economia Mista) <input type="radio"/> Inexigibilidade - aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo? <input type="radio"/> Inexigibilidade - serviços técnicos de natureza singular, ou de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo? <input checked="" type="radio"/> Dispensa - situação emergencial, calamitosa ou de grave e iminente risco à segurança pública (art. 24, IV - Lei 8.666/93)	<b>X</b>	

Pergunta	S	N
9. Foi elaborada e juntada ao processo a descrição fundamentada da situação emergencial ou calamitosa ou de grave e iminente risco à segurança pública?  Qual o identificador (ID) do documento no SEI? R.: <b>2307701</b>	X	
10. Consta pesquisas de preços (comparação com os preços praticados pelo fornecedor junto a outras instituições públicas ou privadas)?  Qual o identificador (ID) do documento no SEI com a pesquisa? R.: <b>Segundo docs ID SEI 2746328, 2746339, 2746352, 2746362 e 2746374.</b>	X	
11. Consta do processo a proposta comercial do fornecedor do bem/prestador do serviço?  Qual o identificador (ID) do documento no SEI? R.: <b>2746328</b>	X	
12. O contratante é Empresa Pública ou Sociedade de Economia Mista regida pela lei federal de âmbito nacional nº 13.303/2016 (Estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias)?		X
13. Foi elaborada a minuta de contrato ?  Qual o identificador (ID) do documento no SEI ? R.: <b>2920276</b>	X	
16. Os bens ou serviços que se visa adquirir ou locar podem ser enquadrados como bens ou serviços de informática ou telecomunicação de acordo com o decreto 14.631/2011 e a Lei 4.449/1991?		X
19. O particular a ser contratado pela Administração Pública é Pessoa Física?		X
21. Foi comprovada a regularidade fiscal e trabalhista?  <input checked="" type="checkbox"/> Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional <input checked="" type="checkbox"/> Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual <input checked="" type="checkbox"/> Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor <input checked="" type="checkbox"/> Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); <input checked="" type="checkbox"/> Prova de regularidade de débitos trabalhistas Observação:	X	
22. Foi comprovada a habilitação jurídica?  <input checked="" type="checkbox"/> Cédula de identidade <input checked="" type="checkbox"/> Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas respectivas alterações, conforme o caso	X	
23. Consta prova de que a contratada não tenha sido declarada inidônea ou suspensa no âmbito da União ou da Administração Estadual, mediante apresentação dos seguintes documentos?  <input checked="" type="checkbox"/> Certidão Negativa de Inidôneos do Tribunal de Contas da União (TCU) R.: <b>3587423</b> <input checked="" type="checkbox"/> Certidão negativa de improbidade administrativa e inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) R.: <b>2870024</b> <input checked="" type="checkbox"/> Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) R.: <b>3135357</b> <input checked="" type="checkbox"/> Cadastro de Impedidos de Contratar com o Serviço Público - TCE-PI R.: <b>3587028</b>	X	
24. Consta análise prévia pela Controladoria-Geral do Estado?  Qual o identificador (ID) do documento no SEI? R.: <b>Segundo doc ID SEI 3139756</b>	X	

Pergunta	S	N
26. Houve aprovação jurídica por meio de Parecer da PGE?  Qual o identificador (ID) do documento no SEI? R.: <i>Segundo docs ID SEI 3155639 e 3156996</i>	X	
27. O objeto da contratação enquadra-se em:  <input type="radio"/> terceirização de mão-de-obra <input type="radio"/> locação de veículos <input type="radio"/> medicamentos e equipamentos médicos <input type="radio"/> passagens aéreas <input type="radio"/> telefonia e serviços de acesso à internet <input type="radio"/> gestão de frota <input checked="" type="radio"/> Outro tipo de objeto Observação:  <i>Contratação Emergencial de GERADOR para o Datacenter Backup da ATI 19 de Novembro, 123, Centro-Sul.</i>	X	
34. A contratação será realizada com utilização de recursos oriundos do Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN (LC Federal nº 79/94)?		X
Observação: Conforme estabelecido no roteiro, as seguintes questões não se aplicaram à análise: 7, 8, 14, 15, 17, 18, 20, 25, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37 .		

### III. Conclusão

Em face das constatações apresentadas acima, conclui-se que os requisitos técnico-econômicos da operação foram cumpridos em seus aspectos relevantes, competindo ao gestor decidir sobre a conveniência e oportunidade da autorização.

**Gabriella Beatriz de Oliveira Viana**  
**Mat.: 3577937**  
**Assistente de Serviços II**  
**Coordenador do Núcleo de Controle Interno**  
**AGENCIA DE TECNOL. DA INFORM. DO EST. DO PI**



Documento assinado eletronicamente por **GABRIELLA BEATRIZ DE OLIVEIRA VIANA - Matr.0357793-7, Coordenador do Núcleo do Controle Interno**, em 24/02/2022, às 12:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.pi.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3588829** e o código CRC **881ADDE7**.

Referência: Processo nº 00117.001020/2021-23

SEI nº 3588829